

**A CONTRATAÇÃO DE MILITAR DA RESERVA REMUNERADA PARA A
ATIVIDADE ADMINISTRATIVA**

**A CONTRATAÇÃO DE MILITAR DA RESERVA REMUNERADA PARA A
ATIVIDADE ADMINISTRATIVA**

ALCEBÍADES LOURENÇO DOS REIS

Polícia Militar do Estado de Goiás

Capitão QOPM

Rua 83 c/ 83D, Setor Sul, Goiânia-Goiás

E-mail: bidelu@hotmail.com

Bacharel em Direito e Licenciado em História

FRANCISCO LEÔNIDAS DA SILVA

Polícia Militar do Estado de Goiás

Capitão QOPM

Av. 101-A, nº 700, Setor Aeroporto, Morrinhos-Goiás

E-mail: cap.leonidas@hotmail.com

Curso de Formação de Oficiais/PMGO

A CONTRATAÇÃO DE MILITAR DA RESERVA REMUNERADA PARA A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a viabilidade de contratação por tempo certo de Policiais Militares da reserva remunerada, para ocuparem as funções administrativas das Organizações Policiais Militares (OPM), com o intuito de minimizar a falta de efetivo na atividade fim da Polícia Militar. O trabalho foi realizado através de pesquisas e aplicação de questionários ao efetivo da Polícia Militar em diversas OPMs, em todas as regiões do Estado de Goiás. Sendo alvo da pesquisa a obtenção de informações se o Policial Militar da ativa já exerce alguma atividade remunerada paralela à sua função e qual a sua renda extra, bem como se o mesmo teria interesse em desempenhar alguma atividade após sua transferência para a reserva remunerada. Posteriormente, foi questionado o interesse desse profissional em ser contratado pela Polícia Militar para desempenhar atividades administrativas nas OPMs diversas, após a sua transferência para a reserva remunerada, bem como qual seria a sua pretensão salarial. De igual forma foi aplicado questionários a Policiais Militares que já se encontram na inatividade, e a grande maioria demonstrou interesse em ser contratada. Por fim, foi proposta a contratação de Policiais Militares da reserva remunerada, para a prestação de serviços administrativos, na Polícia Militar do Estado de Goiás.

Palavras-chave: Contratação. Reserva Remunerada. Atividades Administrativas.

ABSTRACT

This paper aims to present the feasibility of hiring for the right time of the reserve Military Police paid to occupy the administrative functions of the Military Police Organizations (OPM), in order to minimize the lack of effective activity in the order of the Military Police. The study was conducted through surveys and questionnaires to the effective number of Military Police in OPMs in all regions of the state of Goiás Being the target of research to obtain information from the Military Police and already has some remunerated activity parallel to its function and what their extra income, and whether it would want to perform some activity after being transferred to the reserve pay. It was later questioned the interest in this professional be hired by the military police to perform administrative activities in various OPMs, after their transfer to the reserve paid, and what would be your desired salary. Similarly questionnaire was applied to the Military Police who are already in the downtime, and most expressed interest in being hired. Finally, we proposed the hiring of Military Police of booking paid for the provision of administrative services at the Military Police of Goiás

Keywords: Hiring. Remunerated Reserve. Administrative Activities

1. INTRODUÇÃO

Segundo o Art. 144 da CF-88, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, competindo às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Nos últimos 05 (cinco) anos, a Polícia Militar do Estado de Goiás, tem perdido grande parte de seu efetivo, em razão do número de servidores que por diversos motivos como: exclusões, reformas, transferências para a reserva, etc, deixam a Corporação, ocasionando dessa forma um déficit no seu efetivo, o que compromete a qualidade da prestação do serviço de segurança pública.

Visando apresentar alternativa viável para a solução do problema em curto prazo, é que nos propusemos a realizar o presente trabalho, no intuito de mostrar a viabilidade da contratação de Policiais Militares transferidos para a reserva remunerada, a fim de que sejam empregados na atividade administrativa, liberando dessa forma os profissionais da ativa, empregados nessa atividade, os colocando para executarem a atividade-fim da Corporação, minimizando de imediato o déficit existente, utilizando de profissionais com grande conhecimento e experiência e gerando economia aos cofres da Fazenda Estadual.

2. A TRANSFERÊNCIA PARA A INATIVIDADE DO POLICIAL MILITAR

A falta de preparação do Policial Militar para a situação de inativo, em diversas situações devido ao ócio desencadeia vários problemas de ordem social e familiar. É comum no cotidiano, nos depararmos com militares inativos envolvidos em situações de alcoolismo,

jogos de azar, e outras atividades ilícitas, gerando dessa forma transtornos na sua convivência familiar e social, uma vez que perde o convívio diário com colegas de trabalho, chegando a um verdadeiro colapso de identidade.

Gabriel (*apud* DANTAS, 2007, p. 12) afirma que independente da idade de escolha, das necessidades individuais, da saúde e das circunstâncias, a reserva desencadeia uma “crise de identidade”. Com a passagem para a reserva, o militar, muitas vezes tem a percepção desqualificada do seu estilo de vida, da individualidade e do significado que pensa ter para a comunidade. Um novo espaço lhe é oferecido, este, porém delimitado socialmente como aposentado ou inativo. A aposentadoria pode ser o momento de reestruturação da identidade pessoal e estabelecimento de novos pontos de referência, quando bem planejada. Entretanto, paradoxalmente, o militar da reserva, que sempre sonhou com a possibilidade de dispor de seu tempo, com total autonomia, muitas vezes não consegue viver sem o trabalho rígido e controlador que o anulou como sujeito.

A Constituição Federal de 1988, denominada “Constituição Cidadã”, inovou ao trazer em seu corpo, a previsão no parágrafo 5º do art. 144, que diz: às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Visando demonstrar a viabilidade da contratação do militar da reserva, cuja finalidade é minimizar o déficit no efetivo de Policiais Militares e atender o preceito constitucional.

3. MÉTODO

O desenvolvimento do presente trabalho se deu através de pesquisas bibliográficas, análise de documentos internos da Corporação e pesquisa de campo por meio de questionários e entrevistas.

Inicialmente, se buscou informações bibliográficas da existência em nível de Brasil, de legislações específicas que regulam a contratação de Policiais Militares, após a sua transferência para a reserva remunerada.

Em seguida, se obteve informações da atual conjuntura do efetivo da Polícia Militar do Estado de Goiás, através de documentação expedida pelo Comando de Administração e Finanças da Instituição, o qual responde as perguntas a seguir.

01 - qual o número de Policiais Militares, que deixou a Corporação nos anos 2006 a 2010 (transferência para a reserva, reforma, demissão, exclusão, licenciamento a pedido, etc)?

Sendo informado o seguinte:

AFASTAMENTOS	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
LICENCIAMENTO A PEDIDO	17	09	06	14	38	84
LIC. EX-OFFICIO	06	02	05	05	03	21
EXCL. A BEM DA DISCIPLINA	04	14	37	21	09	85
FALECIMENTO	21	13	32	27	31	124
EXCL. POR DESERÇÃO	24	06	06	02	04	42
DEMISSÃO DE OFICIAL	03	02	00	01	01	07
TRANSF. RESERVA	73	150	184	260	197	864
REF. EX-OFFICIO POR INCAPACIDADE	54	44	56	36	78	268
TOTAL	202	240	326	366	361	1495

Fonte: Seção de Recursos Humanos/1 e Seção de Recursos Humanos/2.

02 - qual o número de Policiais Militares incluídos na Corporação durante o citado período?

Sendo informado que nos anos 2006, 2007, 2008 e 2009, não ocorreram inclusões, que foram realizadas apenas no ano de 2010.

INCLUSÃO	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
TOTAL	00	00	00	00	1184	1184

Fonte: Seção de Recursos Humanos/3.

03 - qual o efetivo existente no início de cada ano (2006 a 2010), bem como o efetivo atual?

Sendo informado o seguinte:

MÊS/ANO	EFETIVO
JANEIRO/2006	13.444
JANEIRO/2007	13.282
JANEIRO/2008	12.987
JANEIRO/2009	12.448
JANEIRO/2010	12.137
DEZEMBRO/2010	12.878

Fonte: Seção de Recursos Humanos/4.

Posteriormente, foi aplicado questionário com respostas diretas a vários Policiais Militares em diversas localidades do Estado de Goiás, onde foram realizados os seguintes questionamentos:

- Ao completar 30 anos de serviço, você pretende continuar na atividade da PMGO?
-Você exerce outra atividade fora da Polícia Militar?
- Qual a renda extra?
- Ao se transferir para a reserva remunerada, você pretende desenvolver outra atividade?
- Qual a renda extra pretendida?
- Você já exerceu atividades administrativas (seções) na PMGO?
- Caso a PMGO desenvolvesse um programa de contratação especial para os Policiais

Militares transferidos para a reserva remunerada serem empregados **exclusivamente** nas atividades administrativas, não podendo ser utilizado em outras frentes de serviço, exceto nos casos previstos em lei, com remuneração extra entre 30% a 50% do seu rendimento, você teria interesse em fazer tal contrato com a PMGO?

De igual forma, foi realizada uma entrevista, incluindo entre os entrevistados, Policiais Militares que já se encontram na reserva remunerada, facultando aos entrevistados a sua identificação, onde foram feitas as seguintes perguntas:

– Ao se transferir para a reserva remunerada, você teria interesse em ser contratado a prestar serviço na PMGO?

– Se não tem interesse em prestar serviço após ser transferido para reserva, qual o motivo?

– Qual seria o principal atrativo para despertar seu interesse em ser contratado após ser transferido para a reserva remunerada?

– Qual a frente de serviço, qual a carga horária, qual a remuneração, quais condições despertaria seu interesse em ser contratado pela PMGO?

– Quais as condições que você não teria interesse em hipótese nenhuma de ser contratado pela PMGO?

– Você acha que algum colega de trabalho, teria interesse em tal contratação? Por quê?

Para a conclusão do trabalho, foi utilizado como instrumento um tipo de questionário e um tipo de pesquisa. O questionário aplicado não foi testado, não havendo ao longo do trabalho nenhuma mudança na sua forma de aplicação, porém num segundo momento, aplicou-se uma entrevista em parte do mesmo público, ampliando para Policiais Militares que já se encontram na reserva remunerada, onde foram observadas algumas manifestações importantes que complementam as respostas dos questionários.

Para a apuração dos resultados foram utilizadas três formas de aplicação dos questionários sendo a primeira enviada eletronicamente a todas as Unidades da Polícia Militar, onde os respectivos Comandantes aplicavam o mesmo ao seu efetivo policial, respondendo em alguns casos também de forma eletrônica e em outros casos com o questionário impresso e respondido, porém nem todos os Comandantes de Unidades nos enviaram as respostas e nem mesmo ficamos sabendo se fora aplicado aos profissionais que comandam.

A segunda forma de aplicação dos questionários foi a realizada diretamente aos profissionais de Segurança Pública, que fazem parte dos contatos dos realizadores do presente trabalho, sendo todos enviados e respondidos eletronicamente.

A terceira e última forma de aplicação, se deu diretamente aos profissionais ligados aos aplicadores, sendo-lhes feitas as perguntas que ao serem respondidas, eram transcritas para os questionários.

Da mesma forma, se chegou aos resultados das pesquisas, porém com a diferenciação de ter no rol de entrevistados, Policiais Militares já transferidos para a reserva remunerada.

4. RESULTADOS

O questionário foi aplicado para 106 (cento e seis) Policiais Militares da ativa e da reserva remunerada, da Capital e do Interior do Estado de Goiás, dos quais 60 (sessenta) Policiais Militares disseram não ter interesse em ser contratado pela Polícia Militar, após a sua transferência para a reserva remunerada, porém 21 (vinte e um) destes pretendem exercer outras atividades remuneradas. Dos Policiais Militares que não manifestaram interesse numa possível contratação pela Polícia Militar, 22 (vinte e dois) são Soldados, 10 (dez) são Cabos,

11 (onze) são Terceiros Sargentos, 08 (oito) Segundo Sargentos, 03 (três) Primeiro Sargentos, 02 (dois) Sub-Tenentes, 02 (dois) Oficiais QOPM e 02 (dois) Oficiais QOAPM. Quanto à escolaridade dos mesmos, ficou constatado que 10 (dez) concluíram o ensino fundamental, 34 (trinta e quatro) concluíram o ensino médio e 16 (dezesesseis) são portadores de curso superior. Quanto ao tempo de serviço, 06 (seis) entrevistados tem até 06 (seis) anos de serviço, 25 (vinte e cinco) entre 11 (onze) e 20 (vinte) anos de serviço 29 (vinte e nove) já contam com mais de 21 (vinte e um) anos de serviço prestado à Corporação. No quesito salário pretendido em outra atividade que venha a exercer após sua transferência para a reserva, 01 (um) disse ter interesse em ser remunerado em até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos) reais, 01 (um) manifestou interesse em receber entre R\$ 1.501,00 (um mil e quinhentos e um) reais a R\$ 2.000,00 (dois mil) reais, 19 (dezenove) disseram querer um salário maior de R\$ 2.000,00 (dois mil) reais e 39 (trinta e nove) não manifestaram, conforme demonstração em tabela abaixo.

POSTO/GRADUAÇÃO		ESCOLARIDADE		TEMPO DE SERVIÇO		SALARIO PRETENDIDO	
SD	22	FUNDAMENTAL	10	COM ATÉ 10 ANOS	06	ATÉ 1.500,00	01
CB	10	MEDIO	34	ENTRE 11 E 20 ANOS	25	ENTRE 1.501,00 A 2.000,00	01
3º SGT	11	SUPERIOR	16	ACIMA DE 21 ANOS	29	ACIMA DE 2.000,00	19
2º SGT	08					NÃO OPINARAM	39
1º SGT	03						
ST	02						
OFICIAL QOPM	02						
OFICIAL QOAPM	02						

Já 46 (quarenta e seis) Policiais Militares, demonstraram interesse em ser contratados pela Policia Militar do Estado de Goiás, após a sua transferência para a reserva remunerada para prestarem serviços administrativos na Corporação, sendo 09 (nove) Soldados, 12 (doze)

cabos, 16 (dezesesseis) Terceiros Sargentos, 02 (dois) Segundo Sargentos, 01 (um) Primeiro Sargento, 03 (três) Sub-Tenentes e 03 (três) Oficiais QOPM. No quesito escolaridade, ficou assim distribuídos 07 (sete) Policiais Militares concluíram o ensino fundamental, 24 (vinte e quatro) concluíram o ensino médio e 15 (quinze) concluíram curso superior. Do grupo favorável, 02 (dois) tem até 10 (dez) anos de serviço, 15 (quinze) tem entre 11(once) e 20 (vinte) anos de serviço e 29 (vinte e nove) já possuem mais de 21 (vinte e um) anos de serviço prestados na corporação. Quando foi perguntada qual a remuneração pretendida, caso fosse contratado pela Policia Militar do Estado de Goiás, 17 (dezessete) responderam que pretendiam receber até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos) reais, 12 (doze) disseram ter interesse em receber entre R\$ 1.501,00 (um mil e quinhentos) a R\$ 2.000,00 (dois mil) reais, 10 (dez) afirmaram que pretende receber mais de R\$ 2.000,00 (dois mil) reais e 07 (sete) não opinaram, conforme demonstra a tabela abaixo.

POSTO/GRADUAÇÃO		ESCOLARIDADE		TEMPO DE SERVIÇO		SALARIO PRETENDIDO	
SD	09	FUNDAMENTAL	07	COM ATÉ 10 ANOS	02	ATÉ 1.500,00	17
CB	12	MEDIO	24	ENTRE 11 E 20 ANOS	15	ENTRE 1.501,00 A 2.000,00	12
3º SGT	16	SUPERIOR	15	ACIMA DE 21 ANOS	29	ACIMA DE 2.000,00	10
2º SGT	02					NÃO OPINARAM	07
1º SGT	01						
ST	03						
OFICIAL QOPM	03						

Foi realizada também uma entrevista com 10 (dez) Policiais Militares dos quais foram inclusos alguns profissionais que já estão na reserva remunerada, sendo facultada a identificação do entrevistado, onde se observou que 07 (sete) entrevistados demonstraram interesse em ser contratados pela Policia Militar a prestar serviços administrativos e até mesmo operacionais, desde que estejam bem de saúde física e mental, que seja uma escala

compatível com o posto e a graduação em que estiver na reserva remunerada e que ainda não seja com horários prolongados e estafantes. Quando perguntado qual o maior atrativo para a sua contratação, afirmam que seria a complementação da renda e até mesmo para ter uma ocupação, citando casos em que Policiais Militares ao se transferirem para reserva e quando estão ociosos, enveredam no alcoolismo e até para outras ações ilícitas. Quando perguntado em que condições não teriam nenhum interesse, responderam que seria a falta de valorização profissional, o respeito pessoal e a remuneração inadequada. Nas respostas, chama a atenção que todos elogiam a Corporação e sentiriam prazer em continuar no serviço após a sua transferência para a reserva remunerada.

Quanto aos 03 (três) entrevistados que não demonstram interesse na referida contratação, apontam como motivo que não querem se preocupar com aborrecimentos do serviço apontam a atividade Policial como sendo muito perigosa e estressante, querem estar no convívio familiar e ainda, que estão cansados.

5. DISCUSSÃO

Visando demonstrar a viabilidade da contratação de militares da reserva, foram realizadas pesquisas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, visando esclarecer o grande déficit de Policiais Militares no Estado de Goiás, ocorrido notadamente nos anos de 2006 a 2010, quando se estabelece um comparativo com o aumento populacional registrado naquele período. De acordo com a estimativa realizada pelo IBGE, no ano de 2006, o Estado de Goiás, contava com uma população aproximada de 5.750.000 (cinco milhões e setecentos mil) habitantes, representando 3,1% da população brasileira, vivendo predominantemente nas cidades. No mesmo período a população do Estado de Goiás

apresentava crescimento de 1,74, enquanto a média nacional girava em torno de 1,15. O Censo Demográfico realizado no ano de 2010 contabilizou 6.004.045 (seis milhões quatro mil e quarenta e cinco) habitantes, vivendo atualmente no Estado de Goiás. Se compararmos os anos de 2006 e 2010, podemos verificar um crescimento populacional de mais de 250.000 pessoas. Em 2006, a Polícia Militar contava com um efetivo de 13.444 Policiais no serviço ativo. Hoje, o efetivo da Polícia Militar é de 12.878 policiais. Houve, portanto, uma redução no seu efetivo, mesmo depois da população aumentar em torno de 5%. Isso significa dizer que, em 2006, existia 01 (um) Policial Militar para 427 pessoas. Já o número de Policiais Militares no ano de 2010 é inferior ao número existente no ano de 2006, mesmo após um aumento populacional significativo. Atualmente, existe 01 (um) Policial Militar para aproximadamente 466 pessoas. A contratação de militar da reserva é uma forma rápida e sem custos com a formação do profissional. Gerando dessa forma uma economia para os cofres do Estado.

Conforme evidenciado nos resultados da pesquisa, cerca de 43% (quarenta e três por cento) dos Policiais Militares do Estado de Goiás, que se encontra em atividade tem interesse em ser contratado para prestar serviço administrativo, ao serem transferidos para a reserva remunerada. Deste rol, mais de 63% (sessenta e três por cento), está atualmente com mais de 21 (vinte e um) anos de serviços prestados à Corporação.

Com relação às exigências dos interessados, 38% (trinta e oito por cento), almeja uma remuneração complementar de até R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), 26 % (vinte e seis por cento) dos entrevistados tem interesse num salário entre R\$ 1.501,00 (hum mil quinhentos e um reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil reais), 21% (vinte e um por cento) tem interesse num salário acima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 15% (quinze por cento) não opinou sobre salário. Outras exigências encontradas referem-se à valorização e o respeito

humano, escalas condizentes ao posto ou à graduação e idade, além de preencher o ócio e complementação de renda.

Para efetivação da medida, seria necessária uma mudança na legislação que não tem essa previsão legal, a exemplo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro conforme ficou instituído através da Lei nº 5.271 de 25 de junho de 2008, no âmbito da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar daquele Estado, a prestação de tarefa por tempo certo por militares das respectivas corporações, que se encontrarem na inatividade.

Após a previsão legal, a contratação se daria mediante adesão voluntária do militar da reserva remunerada, após aprovação em exames médicos e atendidos critérios administrativos estabelecidos pelo Comando da Corporação.

Para melhor compreensão quanto à eficácia operacional da contratação de Policiais Militares da reserva remunerada, podemos fazer uma comparação utilizando como exemplo uma Unidade Policial Militar, onde existem 02 (dois) Policiais Militares que trabalham na administração e 04 (quatro) outros que trabalham no COPOM em ritmo de escalas, os quais se fossem substituídos por Policiais Militares da reserva remunerada contratados para tais serviços, teríamos como resultado o aumento de 03 (três) guarnições de Policiais Militares na atividade fim, o que significa que em uma escala de 24x48 horas, aumentaríamos uma guarnição por turno de serviço.

Se formos computar o serviço prestado extraordinariamente e pagos pelo banco de horas da Polícia Militar do Estado de Goiás ao longo mês com uma dupla diária no período de 24 (vinte e quatro) horas, chegaríamos aos seguintes valores: R\$ 612,00 (seiscentos e doze) reais por turno de 24 (vinte e quatro) horas de serviço, já que 18 (dezoito) horas teria o valor de R\$12,00 (doze) reais e 06 (seis) horas o valor de R\$15,00 (quinze) reais, multiplicado por 02 (dois) Policiais Militares, totalizando assim o valor de R\$ 18.360,00 (dezoito mil trezentos e sessenta reais) ao mês, pois o serviço extraordinário entre as 00h00min e 06h00min terá no

valor de R\$ 15,00 (quinze) reais a hora trabalhada (Portaria 513/10-PM-1 de 22/02/10 BGE 032) e nos demais horários o valor de R\$ 12,00 (doze) reais (Portaria 318/09-PM-1 de 09/12/09 BGE 226).

No caso de uma contratação de 06 (seis) Policiais Militares da reserva remunerada para as atividades onde antes eram ocupadas por Policiais Militares da ativa, em várias situações em plenas condições físicas para a atividade operacional, estes exerceriam com maestria todas as funções, dada a sua experiência profissional, aumentando assim o efetivo na atividade fim.

Se computarmos a contratação em regime específico, a um custo hipotético de R\$ 2.000,00 (dois mil) reais ao mês a cada Policial Militar inativo, chegaria dessa forma numa despesa de R\$ 12.000,00 (doze mil) reais mês, obtendo assim economia aos cofres da Fazenda Estadual em mais de 35% na mão-de-obra, comparando com o pagamento do serviço extra remunerado, conforme ficou evidenciado acima.

6. CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho foi buscar soluções em curto prazo para minimizar o déficit do efetivo da Polícia Militar do Estado de Goiás na atualidade, propondo a contratação de Policiais Militares transferidos para a reserva remunerada a serem empregados na atividade meio da Corporação, com isso, aumentando o efetivo na atividade fim, já que todo o efetivo ativo da corporação estaria exclusivamente em tal atividade. Ficou evidenciada também, através de simulações, uma economia considerável aos cofres da fazenda Estadual.

Foi realizada pesquisa visando buscar informações quanto a possíveis adesões, principais atrativos e impedimentos, bem como foi aplicado questionário com perguntas

diretas a Policiais Militares da reserva e da ativa, visando conhecer o interesse dos militares, em prestarem serviços em regime de contrato por tempo certo à Corporação, após serem transferidos para a reserva remunerada.

De todo universo pesquisado, percebe-se que a maioria não tem interesse em prestar serviços à Corporação, ao ser transferido para a reserva remunerada, porém, ao direcionar a pesquisa aos inativos, percebe-se que a maioria demonstra interesse na contratação, desde que sejam adotados alguns critérios objetivos, principalmente quanto à natureza do serviço, uma vez que tais pessoas estarão numa faixa etária girando em torno de 50 anos. A contratação do militar da reserva é mais viável em matéria econômica para o Estado, do que o chamado banco de horas, conforme demonstrado na discussão.

Para o militar, também é vantajoso, vez que grande parte dos entrevistados que já foram transferidos para a reserva, alegaram que os primeiros anos na inatividade é muito bom, porém com o passar do tempo tudo vai mudando. Preencher o seu tempo, além de uma melhora na sua remuneração, significa também mais qualidade de vida, entre os inativos entrevistados, a maioria demonstrou total interesse em tal contratação, pois com certo tempo na reserva remunerada, alguns se enveredam no uso de bebida alcoólica ou drogas ilícitas, e ainda, grande parte acaba trabalhando em empresas privadas desempenhando funções de segurança.

Uma observação importante é que atualmente a maioria dos profissionais da ativa que foram questionados ou entrevistados manifestou não ter interesse na contratação, o que é perfeitamente aceitável já que tal assunto é novidade, porém, ao ser implantado terá grande adesão, já que a maioria dos Policiais Militares busca uma complementação de renda ao se transferir para reserva remunerada ou até mesmo buscam uma ocupação.

7. REFERÊNCIAS

DANTAS, Janne Beatriz Giacomazzi Dantas. DISSERTAÇÃO: Impacto da Aposentadoria na Identidade do Militar. Disponível em: [www. bdttd.ucb.br/ tede/tde_busca/ arquivo. php? codArquivo=675](http://www.bdttd.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=675). Acesso em 29/03/2011.

DICIONÁRIO. Disponível em <http://www.wikipédia.org>. Acesso em 10/10/10.

FERREIRA, Avilmar Santos. Coletânea de Leis da Polícia Militar do Estado de Goiás. 2ª ed. Goiânia: Mérito, 2002.

INFORMAÇÃO. Disponível em <http://www.blogdicas.com.br>. Acesso em 13/10/10.

IBGE. Informação sobre população. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 17/11/10.

IBGE. População de Goiás. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 17/11/10.

NORMAS DE PUBLICAÇÕES. Disponível em: [http://www.unifenas.br/ pesquisa/ manualmetodologia/normasdepublicacoes.pdf](http://www.unifenas.br/pesquisa/manualmetodologia/normasdepublicacoes.pdf). Acesso em 20/01/11.

PINTO, Antônio Luiz de Toledo et al. Constituição da República Federativa do Brasil (1988) – 44ª ed. atual. e ampl – São Paulo: Saraiva, 2010.

SEPLAN. Dados sobre o Estado de Goiás. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/GoDados/2007/dados/0108Popula%C3%A7%C3%A3o.htm>. Acesso em 15/01/11.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. Metodologia e Organização do projeto de pesquisa. Disponível na internet para consulta e pesquisa em: http://www.cefetce.br/pesquisa/dippg/metodologia/Metodologia20e%20Organiza%E7%E3o%20de%20pesquisa_apostila.pdf. Acesso em 17/11/2010.